

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL

Nelson Yuwao Kawahara¹

Resumo

A cultura japonesa tem desafiado a história, atravessando os milênios e chegando à modernidade com uma identidade própria. Estudiosos assinalam que a cultura japonesa é única por sua permanência, unidade e originalidade e, sobretudo, pela intrigante peculiaridade que apresenta em confronto com a cultura ocidental dando, assim, respostas aparentemente antípodas aos problemas dos homens. Portanto, o objetivo deste trabalho é especificar o processo de imigração japonesa para o Brasil, elencando as lutas desse povo a partir da perspectiva histórica, catalogado através da metodologia bibliográfica, buscando autores que auxiliaram a conduzir o entendimento do processo imigratório para o Brasil. Dessa forma, este trabalho teve como finalidade apontar a trajetória histórica da imigração, percorrida pelos orientais, e como ocorreram as fases da imigração no Brasil. Verificou-se que o processo imigratório ocorreu por fatores políticos, por conflitos estabelecidos pelo movimento anti-nipônico e a mão de obra escassa nas lavouras cafeeiras do Brasil e percebeu-se o quão importante foi esse processo imigratório oriental na culturalização do Brasil, através das colônias japonesas.

Palavras-chave: História. Imigração. Identidade.

FRAGMENTS OF THE HISTORY OF THE JAPANESE IMMIGRATION TO BRAZIL

Abstract

Japanese culture has defied history, going through the millennia and reaching modernity with an identity of its own. Scholars point out that Japanese culture is unique for its permanence, unity and originality and, above all, for the intriguing peculiarity it presents in confrontation with Western culture, thus giving seemingly antipodean responses to men's problems. Therefore, the objective of this work is to specify the Japanese immigration process to Brazil, listing the struggles of this people from the historical perspective, cataloged through the bibliographic methodology, seeking authors who helped lead the understanding of the immigration process to Brazil. Thus, this work aimed to point out the historical trajectory of immigration, traveled by the Orientals, and how the phases of immigration occurred in Brazil. It was found that the immigration process occurred due to political factors, conflicts established by the anti-Japanese movement and the and the scarce labor in coffee plantations in Brazil and it was realized how important this eastern immigration process was in the culturalization of Brazil, through the Japanese colonies.

Keywords: History. Immigration. Identity.

FRAGMENTOS DE LA HISTORIA DE LA INMIGRACIÓN JAPONESA PARA EL BRASIL

Resumen

La cultura japonesa ha desafiado la historia, pasando por milenios y alcanzando la modernidad con una identidad propia. Los estudiosos señalan que la cultura japonesa es única por su permanencia, unidad y originalidad y, sobre todo, por la intrigante peculiaridad que presenta en la confrontación con la cultura occidental, dando así respuestas aparentemente antípodas a los problemas de los hombres. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es especificar el proceso de inmigración japonesa a Brasil, enumerando las luchas de este pueblo desde la perspectiva histórica, catalogado a través de la metodología bibliográfica, buscando autores que ayudaron a liderar la comprensión del proceso de inmigración a Brasil. Así, este

¹ Graduado em Engenharia Elétrica e especialista em Educação, Mestre em Educação e Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá-MT, Brasil.

trabajo tuvo como objetivo señalar la trayectoria histórica de la inmigración, recorrida por los orientales, y cómo las fases de la inmigración ocurrieron en Brasil. Se encontró que el proceso de inmigración se produjo debido a factores políticos, conflictos establecidos por el movimiento anti-japonés y el y la escasa mano de obra en las plantaciones de café en Brasil y se dio cuenta de lo importante que era este proceso de inmigración oriental en la culturalización de Brasil, a través de las colonias japonesas.

Palabras clave: Historia. Inmigración. Identidad.

Introdução

A pesquisa teve como objetivo especificar o processo de imigração japonesa vinda para o Brasil, elencando as lutas de um povo oriental em busca de novos propósitos e a própria sobrevivência. Buscou-se autores que auxiliaram a conduzir o entendimento do processo imigratório para o Brasil e, através deles, a pesquisa somou e cruzou dados que levaram as informações que o processo imigratório ocorreu por fatores políticos, por conflitos estabelecidos pelo movimento anti-nipônico e a mão de obra escassa nas lavouras cafeeiras do Brasil. Por isso, reforçamos o que é afirmado por Barros (1988), ou seja, que a importância da cultura oriental desafia a história, atravessando milênios e mantendo sua identidade viva com a modernidade; narramos a relação histórica da cultura japonesa, como um povo que manteve seu arquétipo vivenciando com outros povos sem perder sua identidade, mantendo-se fiel à memória de seus êxitos e erros. Assim, a conjugação entre a cultura e a história produziu o homem japonês que, em síntese e, ao mesmo tempo, é produtor singular dessa história e dessa cultura única.

A história desse povo inicia-se com o marco do século XVII, pois, até esse marco, o Japão era um país tipicamente agrícola; 80% de sua população eram rurais e viviam em sistema feudal. Os feudos eram praticamente autossuficientes e independentes, porém viviam em constantes guerras disputando terras e predomínios políticos. O país possuía, desde o final do século VI, um imperador que unificava a nação, realizando um intercâmbio com a China de onde importava a “cultura do litoral desenvolvido”. É importante dizer que o imperador não governava o país. O poder e o triunfo dos clãs militares superavam a influência do imperador e o “país do sol nascente” era governado pelos clãs militares – *shoguns*, senhores de feudos diversos. Em 1590, o *shogun* Hideyoshi Toyotomi, com sua supremacia militar, consolidou a unificação e a pacificação do Japão. Em 1603, Ieyasu Tokugawa derrota o *shogunato* de Toyotomi e dá continuidade à política centralizada e unificada do Japão.

Com o objetivo de preservar a estrutura social e política de seu governo, Tokugawa resolve fechar todos os portos do Japão aos estrangeiros, que começaram a chegar no início do século XVI. A influência do cristianismo, o desenvolvimento do livre comércio, entre outras

práticas introduzidas pelos estrangeiros como os portugueses, holandeses, ingleses, colocavam em risco a supremacia e a política feudal vigente. Durante a implantação da política isolacionista, foram realizadas perseguições cruéis aos seguidores do cristianismo, genocídios e exílios foram praticados com rigorosidade, semeando dentre os japoneses um verdadeiro terror à cultura ocidental. No geral, o Japão ficou isolado, sem intercâmbio com outros países, por quase três séculos. As crises, causadas pelo surgimento de relações sociais e econômicas, atípicas do sistema feudal, e as pressões dos países ocidentais obrigaram o Japão a reabrir suas fronteiras. Em 1854, foi assinado o Tratado de Kanagawa com os Estados Unidos, posteriormente com a Inglaterra, a Rússia, a Holanda e a França.

Em suma, com os conflitos causados pela reabertura das fronteiras e a crise do sistema feudal, o governo de Tokugawa foi aniquilado em 1867, pondo fim a 260 anos de *shogunato*, quando foi restaurada a soberania do imperador. Inicia-se a era *Meiji*, que assinala a passagem do Japão feudal para um país moderno. Esse governo estabeleceu um estado centralizado que, sob os slogans de ‘enriquecimento e fortalecimento da nação’ e ‘incremento da produção’, procurou investir grande parte do capital público, principalmente, nas indústrias relacionadas à modernização e fortalecimento do setor militar, na mineração, na abertura das estradas de ferro, no desenvolvimento da construção naval e dos meios de transporte e comunicação, no melhoramento do aparelho burocrático e policial. A fim de suprir o capital necessário para todo este investimento, o governo Meiji procedeu, em 1873, à reforma da lei tributária, como afirmam Ando e Wakisaka (1971, p.14): “(...) o peso excessivo dos tributos estabelecidos foram os fatores determinantes que provocaram a total desintegração da vida rural”.

Simultaneamente, durante a revolução Meiji, foram tomadas medidas para melhorar a saúde da população, sendo organizadas campanhas de vacinação e assistências sociais que possibilitaram uma expansão demográfica considerável. O Japão não possuía estruturas sociais para suportar o superpovoamento dos centros urbanos, uma vez que a revolução industrial ainda se mostrava bastante tímida. Desta forma, foi possível verificar que o contexto socioeconômico nipônico lança os japoneses como imigrantes ao Novo Mundo, como forma de garantir melhores condições de vida. Tal fato criou uma situação verdadeiramente paradoxal, de um lado, uma economia agrícola em condições cada vez mais sufocantes, em virtude da falta de terras suficientes para o cultivo, afora a sobrecarga demográfica, e, de outro, o surto industrial. Além disso, o grande problema é que, se entre 1885 e 1940, o índice populacional passou de cem para duzentos e sete, o da produção do arroz foi da ordem de cem para cento e quarenta e cinco somente, como afirma Nogueira (1984, p.37): “(...) Logo, para o surto industrial e demográfico não houve um desenvolvimento equivalente no setor agrícola”.

Com esse cenário caótico que o país apresentava, o governo se viu obrigado a autorizar e, até mesmo subsidiar, a imigração no país. Pelo exposto, as primeiras imigrações, que se dirigiram ao Havaí, com o apoio do governo e em caráter temporário, tem o marco inicial de 1885. Mas logo, em 1886, o governo havaiano suspendeu o acordo oficial entre seu país e o Japão, pois “(...) segundo tudo indica, tal atitude foi ditada pelos brancos, que viam no nipônico um grande concorrente, pois enquanto um português exigia salário da ordem de vinte Yen por mês, um japonês satisfazia-se com apenas doze e meio” (NOGUEIRA, 1984a). Por tais razões, os imigrantes japoneses se mostravam inassimiláveis, famintos por serviços a qualquer preço para poderem retornar o mais breve possível à sua terra. Esse movimento desencadeou um movimento anti-nipônico nos Estados Unidos e em outros países das Américas. Surgiram conflitos entre os trabalhadores brancos e os japoneses, pairando um verdadeiro ambiente de discriminação em relação a estes últimos, culminando no fechamento de suas portas aos imigrantes do Japão. O fechamento das portas dos países, tradicionalmente receptores como os Estados Unidos e Canadá, entre outros, lançou os japoneses à procura de novas alternativas para a imigração, quando, então, encontraram o Brasil que necessitava de mão de obra para as lavouras cafeeiras.

O imigrante japonês no Brasil

Mesmo que os movimentos migratórios tivessem objetivo exclusivamente econômico, como a abertura de novos mercados e a acomodação de populações inativas e/ou improdutivas (SAKURAI, 1995), não se pôde separar ou apagar os traços culturais que os diversos grupos de imigrantes trouxeram de seus locais de origem. Acerca da imigração japonesa no Brasil, segundo Hatanaka (2002), os dez primeiros navios japoneses que deixaram Kobe e aportaram em Santos, a partir de 1908, transportavam provincianos de Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima, Fukushima, Okinawa, Kagoshima e Kochi. Com o passar do tempo, porém, todas as províncias japonesas integraram-se ao processo migratório. Se, no Japão, o problema era a falta de terras para o cultivo, no Brasil, nos fins do século XIX e início do XX, grandes espaços vazios esperavam para ser povoados e explorados. O Brasil, desde a sua descoberta se tornou um país imigrantista, possuidor de extensas terras a serem povoadas, assim, existiram políticas de colonização e imigração para atrair contingentes para as suas terras. Nesse período, o Brasil contava com uma economia agrícola e a força motriz da produção era o trabalho escravo. Os agricultores, principalmente os cafeicultores, já estavam preparados para a abolição dos escravos, substituindo gradativamente a sua mão-de-obra por imigrantes europeus. Porém, o tratamento que os imigrantes europeus receberam nas fazendas, semelhante àquele dispensado

aos escravos, causou revolta nos recém chegados, culminando em fugas e instabilidade da mão-de-obra para as lavouras.

Em 1902, o governo italiano proibiu a imigração, resultando em uma verdadeira falta de mão de obra nas fazendas. Conforme o quadro abaixo, pode-se verificar que os imigrantes italianos constituíam a maior fonte de trabalhadores para os cafezais do Brasil.

ANO/PAÍS	PORTUGAL	ITÁLIA	ALEMANHA	ESPANHA	JAPÃO	OUTROS	TOTAL
1850-59	63,272	24	15,806	181	-	28,843	108,126
1860-69	53,618	4,916	16,514	633	-	34,398	110,079
1870-79	67,609	47,100	14,627	3,940	-	60,609	193,885
1880-89	104,491	276,724	19,201	29,066	-	23,997	453,079
1890-99	215,354	670,508	17,034	164,193	-	115,929	1.183,018
1900-09	195,586	221,394	13,848	121,604	861	82,145	635,438
1910-19	318,481	137,868	61,902	181,696	27,732	136,374	863,714
1920-29	301,913	106,835	75,801	81,931	58,284	221,881	846,645
TOTAL	1.321,076	1.465,554	239,063	583,254	86,577	715,656	4.410,741

Quadro 1: Entrada de Imigrantes (1850 – 1929)

FONTE: Mercado Internacional: Migração²

Em 1890, sofrendo influência do movimento anti-nipônico, desencadeado nos EUA e em outros países das Américas, foi baixado um decreto no Brasil, no início da República, determinando que este país estaria aberto a todas as pessoas capazes e livres de processo criminal, com exceção dos africanos e dos asiáticos. Embora, mesmo diante de manifestações contrárias à imigração de asiáticos, a escassez de mão-de-obra fez com que os fazendeiros pressionassem o governo a abrir as portas aos imigrantes japoneses. Mas, apenas em 1892, o Brasil permitiu a entrada de asiáticos, mas não subvencionava a imigração destes. O governo sofria grandes pressões por parte dos fazendeiros, que pediam, cada vez mais e mais braços para a lavoura, de tal forma que, em 1900, o governo acabou aceitando subvencionar parte das passagens dos imigrantes.

² UMA EPOPÉIA MODERNA. 80 anos de imigração japonesa no Brasil/ Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p 24.

Desta forma, o governo japonês, por sua vez, se mostrava apreensivo em liberar a imigração do seu povo a um país tão distante como o Brasil. A inexistência de comunicação regular entre os dois países, o fato de as companhias de emigração não disporem de recursos suficientes para arcar com as despesas de repatriação, entre outras, eram as principais razões da oposição do governo nipônico. No entanto, o Japão viu-se obrigado a procurar alternativas para o bem estar social de sua comunidade, pois no campo se verificou a desorganização e desintegração do campesinato, o que provocou o êxodo em direção às cidades, em que grande parte destes trabalhadores rurais, sem quaisquer técnicas exigidas pela vida urbana, se tornaram desempregados e marginais. Nas grandes cidades, por outro lado, a Revolução Industrial, tirando das mãos dos mestres e aprendizes manufatureiros os meios de produção e transformando-os de proprietários em simples trabalhadores, se tornou fonte de desemprego. Além disso, a crise agrária e as crises cíclicas da economia (ANDO; WAKISAKA, 1971a), inerentes ao sistema capitalista de produção, concorreram para aumentar, ainda mais, o desemprego quer rural, quer urbano.

Diante de tal conjuntura, somada ao fechamento progressivo das portas dos países imigrantistas, receptores, até então, levaram as companhias de imigração a procurar terras para a colocação de mão de obra nipônica e, em 1907, a Companhia Kookoku conseguiu firmar um contrato de imigração com o governo de São Paulo. Contudo, as empresas colonizadoras no Japão faziam propagandas exageradas da possibilidade de se fazer fortuna rápida no Brasil. Os interessados em migrar ao Novo Mundo eram, na maioria, jovens solteiros não primogênitos, que não precisavam cuidar e nem herdavam bens dos pais, que se aventuravam. Com o retorno dos primeiros aventureiros enriquecidos da América, a sede por fortuna imediata propagava com maior rapidez.

Em 1907, o Brasil, representado pelo governo paulista de Jorge Tibiriçá, e o Japão, representado pela Empire Emigration Company na pessoa de Rio Midzuno, assinam o contrato para a introdução do imigrante japonês nas fazendas de café de São Paulo. Vale lembrar que, entre as partes, alguns pontos foram estipulados, tais como: seriam introduzidos três mil agricultores, em levas não superior a mil pessoas. Os imigrantes deveriam vir em famílias de três a dez elementos, sendo considerados aptos para os serviços, sendo considerada a idade de doze a quarenta e cinco anos. Em número não superior a 5% do total, poderiam vir pedreiros, carpinteiros e ferreiros. Ainda, caberia a companhia japonesa conseguir seis intérpretes para os quatro meses após a assinatura do contrato. Na data do dia 28 de abril de 1908, partem para o Brasil os primeiros imigrantes a bordo do navio Kasato Maru que, em 18 de junho do mesmo

ano, atracava em Santos, trazendo os 781 pioneiros da imigração japonesa³ ao Brasil. Nessa vereda, os primeiros imigrantes que aqui no Brasil chegaram, sem a subvenção do governo japonês, eram pequenos proprietários de terras ou arrendatários. Muitos contraíram até dívidas para levantar fundos com o objetivo de comprar as passagens, na esperança de que poderiam, em breve, devolver toda dívida de qualquer valor, já que as propagandas falavam em uma nova terra, em que haviam árvores com frutos de ouro – o café que enriqueceria todos aqueles que se dispusessem a trabalhar nessas plantações:

O Ministro Provisório do Japão no Brasil, Rioji Noda, afirmou em 1912 que o japonês que emigrava não o fazia por estar passando por dificuldades extremas, mas porque desejava tentar a sorte fora a fim de ganhar muito dinheiro e voltar com uma quantidade suficiente para poder pagar suas dívidas. Construir uma nova residência fazer reformas se já possuísse uma ou, enfim, adquirir terras para cultivos (NOGUEIRA, 1984, p.43).

As fases da história da imigração japonesa no Brasil, segundo Hiroshi Saito, citado por Nogueira (1984, p.113), estão assim definidas:

- 1ª - de 1908 a 1924 - fase experimental;
- 2ª - de 1925 a 1941 - fase de maior intensidade;
- 3ª - de 1942 a 1952 - fase de interrupção da corrente;
- 4ª - de 1953 a 1962 - fase da imigração pós-guerra;
- 5ª - de 1963 a 1980 - fase da transferência de empresas.

Estas fases foram englobadas em três etapas:

- 1ª - de 1908 a 1942 - a de adaptação ao novo *habitat*;
- 2ª - de 1942 a 1962 - a de integração;
- 3ª - de 1963 a 1980 - a de identificação.

Decorrente das fases imigratórias da população japonesa para o Brasil, pontua-se, a seguir, as particularidades de cada fase.

Primeira fase de 1098 a 1924 – Fase Experimental

A primeira fase, a experimental, foi marcada por altos descontentamentos de ambas as partes. Logo nos primeiros meses, os japoneses sentiram-se prejudicados e começaram as fugas

³ UMA EPOPÉIA MODERNA. 80 anos de imigração japonesa no Brasil/ Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p.63.

das fazendas em busca de melhores oportunidades; os proprietários dos cafezais, por sua vez, sentiram que haviam feito um investimento “furado”, segundo Handa (1987, p. 58). Ademais, iludidos pelas propagandas da Companhia de Imigração, aqueles que ficaram à margem da modernização do Japão sacrificaram-se com empréstimos para a despesa parcial da passagem; e/ou construíram “famílias compostas” ou “famílias artificiais”, para cumprir as exigências de três enxadas por família, nas quais eram incorporadas pessoas estranhas ou com certo grau de parentesco como membro de uma só família para emigrarem ao Brasil. Mesmo aqueles que não eram agricultores vieram trabalhar nas fazendas de café. Todos vieram com o objetivo de fazerem rapidamente uma fortuna para retornarem enriquecidos para o Japão. Em suma, a realidade das fazendas de café não permitia enriquecimento rápido, muito menos um breve retorno ao Japão.

Segunda Fase de 1925 a 1941 – Fase de Maior Intensidade

Em verdade, é importante ressaltar que os primeiros imigrantes não eram totalmente pobres, pois aqueles que eram realmente miseráveis, não podiam sequer conseguir empréstimos ou recursos para custear parte de suas passagens, pois não possuíam a subvenção do governo. Então, a segunda fase foi diferente, conhecida como “fase de maior intensidade” ocorreu quando, a partir de 1924, o governo japonês começou a financiar a emigração para o Brasil. Desde então, os imigrantes acompanhados de familiares idosos, crianças pequenas, vinham para trabalhar nas fazendas de algodão, café e, até mesmo, para alguns núcleos coloniais nipônicos. Tal medida foi tomada pelo governo japonês para superar as crescentes dificuldades socioeconômicas que o Japão passava. Diversamente disso, é importante apontar que o Japão goza um curto período de prosperidade durante a I Grande Guerra (1914-18), da qual participou ao lado dos Aliados, porém sem muito desgaste em sua economia. Cessado o conflito, vem a recessão, uma crise aguda que provocou os chamados tumultos ou motins de arroz (*kome sôdô*), em 1918. Essa crise elevou o preço do arroz excessivamente e, com isso, a crise intensifica-se, em 1920, provocando o agravamento da pobreza e penúria das áreas rurais. Consequentemente, a imigração constituía a esperança que os camponeses, sem perspectiva de vida, encontraram para sobreviver ao marasmo vivenciado pela população japonesa.

Terceira Fase de 1942 a 1952 – Fase de Interrupção da Corrente

A terceira fase, marcada pela guerra, é uma fase de angústia e desconfiança entre os imigrantes e destes em relação à sociedade brasileira. A interrupção do movimento migratório,

o corte de publicações e a circulação de informações em japonês ocasionaram um ambiente propenso para eclodir o caos pós-guerra na colônia japonesa do Brasil. O fim da guerra não foi aceito por muitos japoneses aqui radicados. A colônia japonesa se dividiu em dois grupos distintos. O grupo de conformados com a derrota do Japão na guerra, os “derrotistas” ou “esclarecidos”, e dos inconformados ou “vitoristas” que acabaram abalando toda a união da sociedade japonesa do Brasil. Os “vitoristas” organizaram associações e movimentos que puniam todos aqueles que admitissem a derrota do Japão, a admissão da derrota era um insulto ao Imperador, considerado divino e imbatível.

Concluindo essa fase, ressalta-se que o terrorismo resultou em inúmeras mortes e uma cisão profunda na colônia japonesa. Este clima, de desunião e desentendimentos entre os dois grupos causou, além de mortes, divórcios e suspensão de matrimônios, fechamento de diversas associações, até mesmo, mudanças de famílias inteiras em busca de locais sem concentração de japoneses. Esta última razão é citada várias vezes pelos imigrantes japoneses que vieram para Mato Grosso, como razão de suas mudanças para estas terras virgens⁴.

Quarta Fase de 1953 a 1962 – Fase de Imigração Pós-guerra

A imigração pós-guerra fora marcada por uma fase de integração, em que os japoneses começam a investir na educação dos filhos e a chegada dos “Japão-novo” – imigrantes pós-guerra, fase que possibilitou que “(...) os velhos imigrantes redescobrissem as suas condições de serem pais e avós de brasileiros. Chegava a hora de encarar a si mesmo como elemento cuja alma e corpo se ligavam diretamente à nova pátria” (NOGUEIRA, 1984, p.115). Infelizmente, no Japão, além do caos da Segunda Guerra Mundial, chegava o contingente de 6,3 milhões de repatriados que aumentavam a crise socioeconômica do país e a imigração de sua população seria uma das únicas formas para aliviar os problemas; no entanto, o governo brasileiro não demonstrava interesse em reabrir as suas portas.

A iniciativa privada obteve sucesso nesta missão de trazer os japoneses pós-guerra, através de dois japoneses que moravam no Brasil. Estes demonstraram interesse em intermediar a vinda de novos imigrantes. Finalmente, Kotaro Tsuji apresentou um requerimento ao Presidente pedindo autorização para um plano de imigração e colonização da Amazônia e Yasutaro Matsubara fez solicitação idêntica em relação ao Centro-Oeste e Nordeste do país (NAKASUMI & YAMASHIRO, 1992, p.382): “Matsubara já conhecia Vargas (...) depois de

⁴ Dados coletados, através de entrevista realizada pelo pesquisador Nelson Yuwao Kawahara, na pesquisa efetuada.

analisar cuidadosamente os requerimentos dos dois interessados, Vargas autorizou a entrada de 5 mil famílias de imigrantes a Kotaro Tsuji e 4 mil famílias a Yasutaro Matsubara”.

Por tais razões, é importante abrir parênteses para se registrar que, no dia 8 de julho de 1953, chegaram 22 famílias destinadas ao núcleo federal de Dourados - Mato Grosso, como a primeira parte de imigrantes do projeto Matsubara, já que Matsubara era o dono da Empresa Colonizadora Rio Ferro, que trouxe um considerável número de imigrantes para a colonização Rio Ferro. Posteriormente, esses japoneses foram radicar-se em Cuiabá.

Quinta Fase de 1963 a 1980 – Fase da Transferência de Empresas

Finalmente, após a década de 1970, a imigração japonesa muda totalmente de figura. Surge um novo conceito do povo japonês no Brasil, marcado pelo desenvolvimento tecnológico e econômico que o Japão alcançou no pós-guerra. Em seguida, inicia-se a fase de transferência de empresas japonesas para o Brasil. Esta fase fora marcada pelo estabelecimento de uma relação diferenciada entre os dois países, sendo que a imigração dos japoneses assume o caráter de mão de obra altamente qualificada e especializada, acompanhada de investimentos gigantescos das empresas nipônicas. Nesse período, ocorrera numerosas contratações dos nisseis pelas multinacionais, pois eram filhos de imigrantes japoneses conhecedores do idioma nipônico e educados sob valores trazidos por seus pais. Por sua vez, nesse período também ocorre a identificação e integração dos descendentes nipônicos como brasileiros em franca assimilação da cultura local, pois segundo Nakasumi & Yamashiro, (op.cit.p.433): “Aqueles que ainda buscavam sua verdadeira identidade chegavam à conclusão de que lhes restava viver como brasileiros, rompendo os liames culturais e sentimentais com o Japão”.

A saber, a oferta de mercado de trabalho junto às multinacionais japonesas, que chegavam ao Brasil, era convidativa e o idioma japonês começa a receber uma valorização distinta daquela destinada somente ao diálogo dentro da comunidade *nikke*. O idioma japonês alcançou certo prestígio, quando começaram a abrir portas no mercado de trabalho nacional.

Vive-se, desde o fim da década de 1980, o boom de *dekasseguis*⁵, com a explosão econômica que o Japão passa, graças ao seu desenvolvimento industrial e tecnológico. A falta de mão de obra em suas fábricas lança os isseis e seus descendentes a realizarem o caminho

⁵ “Chama-se *dekasegi* (*dekassegui*) aquele que deixa aqui a base econômica da família para trabalhar temporariamente no Japão, a fim de conseguir um ganho salarial melhor” (NAJASUMI & YAMASHIRO, 1992:453)

inverso dos imigrantes que vieram às Américas, pois aqueles começam a se deslocarem ao Japão, em caráter temporário, para trabalhar.

Os *nikkeis* partem rumo ao Japão para realizar os serviços que os japoneses não realizam. São os serviços conhecidos como os “3K – *kitsui, kitanai, kiken*” - pesado, sujo e perigoso. Segundo apresentação da comissão organizadora da “10ª Reunião de Membros, Associados e Diretores de Entidades *Nikkeis*”, realizada em Cuiabá, aos 05 de dezembro de 1999, a população de descendentes japoneses no Brasil é de aproximadamente 1.400.000, equivalendo a 0,875% da população brasileira. Dentre os 1.400.000, saíram do país, como *dekassegui*, 223.000 (15,92% do total da comunidade japonesa no Brasil).

Considerações finais

O objetivo do trabalho foi compreender o processo de imigração japonesa vinda para o Brasil, o qual elenca as lutas de um povo oriental em busca de novos propósitos e da própria sobrevivência. Ademais, a pesquisa apontou informações que levaram a entender que o processo imigratório dos orientais, até chegarem ao Brasil, ocorreu por fatores políticos, por conflitos estabelecidos pelo movimento anti-nipônico e também pelo problema da falta de terra para o cultivo no país oriental de origem.

Por sua vez, o Brasil, nos fins do século XIX e início do XX, possuía espaços vazios para serem povoados, atraindo, assim, a imigração do Japão, já que ocorrera o problema da falta de mão de obra para produção das lavouras cafeeiras, devido a abolição da escravatura e a não adaptação, além da revolta da imigração europeia nos trabalhos desenvolvidos nas lavouras dos agricultores brasileiros.

Finalmente, diante do estudo realizado, compreendeu-se a trajetória histórica da imigração percorrida pelos orientais, em cada fase do processo imigratório ao Brasil, ressaltando-se a importância de toda a culturalização oriunda desse país, arraigada através das colônias Japonesas.

Referências

ANDO, Z. e WAKISAKA, K. **Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil**. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992. pp 04-40.

BARROS, B. F. **Japão. A harmonia dos contrários**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

HANDA, T. **O imigrante japonês**: história de sua vida no Brasil. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, T. A. QUEIROZ, EDITOR, LTDA, 1987.

HATANAKA, M. **O processo judicial da shindo-remmei**: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Fundação Japão, 2002.

NAKASUMI, T. e YAMASHIRO, J. **O fim da era de imigração e a consolidação da nova colônia nikkei**. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992, pp. 417- 458.

NOGUEIRA, A. R. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Masao Ohno Editor, 1984.

SAKURAI, C. **Primeiros polos da imigração japonesa no Brasil**. Revista USP. Dossiê Japão. n. 27, 1995.

UCHIYAMA, K. e outros. **Emigração como política de estado**. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992, pp 137-246.